













MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA  
DECRETO Nº 277/2021

REGULAMENTA A REDE DE ATENÇÃO E  
PROTEÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
CLEVELÂNDIA- PARANÁ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no  
isso de suas atribuições legais, previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Municipal nº 2.067/2007, que dispõe sobre a política  
municipal dos direitos da criança e do adolescente no Município de Clevelândia;

Considerando a aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do  
Adolescente: "formalizar a rede Atenção e Proteção para facilitar e garantir a participação nas  
reuniões de discussões e elaboração de fluxos de representantes de todos os serviços";

Considerando o Plano Municipal para a Infância e Adolescência de Clevelândia  
- período 2019-2024.

Considerando a Lei 13.431/17, que estabelece o Sistema de Garantia de  
direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Considerando que o Decreto 9.603/18, em seu art. 9º inciso II,

§ 1º dispõe a escuta especializada dentre os procedimentos possíveis do atendimento  
intersetorial;

Considerando que o Decreto Presidencial nº 9.603/18 regulamenta a Lei nº  
13.431/17, que estabelece o sistema de garantias de direito da criança e do adolescente  
vítima ou testemunha de violência, reiterando que a criança e o adolescente são sujeitos de  
direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que devem receber proteção  
integral.

Considerando que o Decreto Presidencial nº 9.603/18, especifica que o sistema  
de garantia de direitos intervirá nas situações de violência contra crianças e adolescentes  
com a finalidade de mapear as ocorrências das formas de violência e suas particularidades  
no País.

Considerando que o Decreto Presidencial nº 9.603/18, afirma que é preciso  
prevenir, fazer cessar e evitar a reiteração da violência, promovendo o atendimento de  
crianças e adolescentes para minimizar as sequelas da violência sofrida, bem como garantir  
a reparação integral de seus direitos.

Considerando a Lei 13.431/17, que define ser a escuta especializada um  
procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da  
saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo  
de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de  
superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se  
limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção.

Considerando que nas políticas intersetoriais é imprescindível que haja  
integração dos serviços e o estabelecimento de fluxo de atendimento, sendo que os  
atendimentos devem ser realizados de maneira articulada; não havendo a superposição de  
tarefas; necessária a prioridade na cooperação entre os entes; exigindo a fixação de  
mecanismos de compartilhamento das informações; e a definição do papel de cada  
instância/serviço e do profissional de referência que supervisionará as atividades.

Considerando que o Decreto presidencial fixou o prazo de 180 dias, a partir de  
sua publicação para a criação, preferencialmente no âmbito dos conselhos de direitos das  
crianças e adolescentes, de um Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de  
Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

DECRETA

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Rede de Atenção e Proteção Social de  
Clevelândia-PR.

Art. 2º A Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia, com base nas  
disposições legais, articula ações integradas, intersetoriais entre os serviços/instituições, para  
prevenir e intervir diante das situações de violação dos direitos de seus usuários.

Art. 3º A Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia, tem caráter  
mediador, consultivo, articulador e propositivo da promoção das políticas públicas voltadas a  
toda a população, objetivando preservar a garantia de direitos, atender adequadamente o  
público, implementar mecanismos de comunicação e formalizar fluxos de encaminhamentos.

Art. 4º A Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia, constituída por  
serviços das políticas de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, segurança,  
trabalho, governamentais e não governamentais, bem como dos demais órgãos do Sistema de  
Garantia de Direitos, que por meio de seus profissionais devem articular ações no sentido de  
garantir os direitos dos usuários.

Parágrafo único. A Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia é uma  
rede intersetorial, composta por diversas políticas públicas e demais órgãos do Sistema de  
Garantia de Direito, não havendo hierarquia na composição e condução da mesma.

Art. 5º A estrutura da Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia é  
composta por:

I - Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia: composta por todos os  
trabalhadores que atuam nos diferentes serviços que atendem a população do Município de  
Clevelândia, conforme o art.4º deste Decreto, indicados por seus respectivos gestores por meio  
de ofício .

II - Plenária: composta por membros presentes, representantes dos órgãos  
governamentais e não governamentais que prestam serviço à população do Município de  
Clevelândia;

III - Mesa Diretiva: composta por Coordenador(a), Vice-coordenador(a),  
Secretário(a) e Vice-Secretário(a);

IV - Núcleos Temáticos: composição e temas serão definidos pela Plenária da  
Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia, em regimento Interno.

§1º A mesa diretiva será eleita pela Plenária da Rede de Atenção e Proteção  
Social de Clevelândia entre os representantes dos Gestores municipais das políticas de  
educação, saúde, assistência social, esporte, cultura, trabalho em reunião plenária da Rede, os  
quais deverão fornecer estrutura administrativa e institucional necessária para o funcionamento  
da Rede de Atenção e Proteção Social, conforme definição do Regimento Interno da mesma.

§2º O Mandato da mesa diretiva será de um ano, permitida uma recondução  
consecutiva e/ou reconduções alternadas.

§3º O Núcleos Temáticos terão coordenadores que serão eleitos entre seus  
participantes.

Art. 6º A função de membro da Rede de Atenção e Proteção Social, é considerada  
de interesse público relevante, não será remunerada, devendo o representante prestar  
informações sobre as demandas e encaminhamentos da Rede de Atenção e Proteção Social  
de Clevelândia, aos seus representados, garantindo assim a participação efetiva nas reuniões  
ordinárias, extraordinárias e de núcleos temáticos.

Art. 7º A Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia poderá elaborar  
documentos e/ou instrumentos que facilitem a comunicação, orientação e encaminhamentos  
realizados entre os serviços, respeitando os protocolos e fluxos internos de cada serviço.

Art. 8º A Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia poderá a qualquer  
tempo elaborar, alterar ou extinguir seus instrumentais.

Art. 9º Os instrumentais e/ou documentos serão discutidos e elaborados pelos  
Núcleos Temáticos, e apreciados pela Plenária Geral da Rede de Atenção e Proteção Social  
de Clevelândia.

Art. 10. A Ficha de Referência e Contra referência é instrumento de comunicação  
e encaminhamento, referendada pelos Conselhos Municipais, sendo vedada sua alteração sem  
prévia análise da Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia.

Art. 11. Os protocolos e fluxos da Rede são instrumentos de organização e  
padronização dos encaminhamentos entre os serviços de cada política, os quais poderão ser  
elaborados e/ou extintos conforme a demanda apresentada pela Rede de Atenção e Proteção  
Social de Clevelândia.

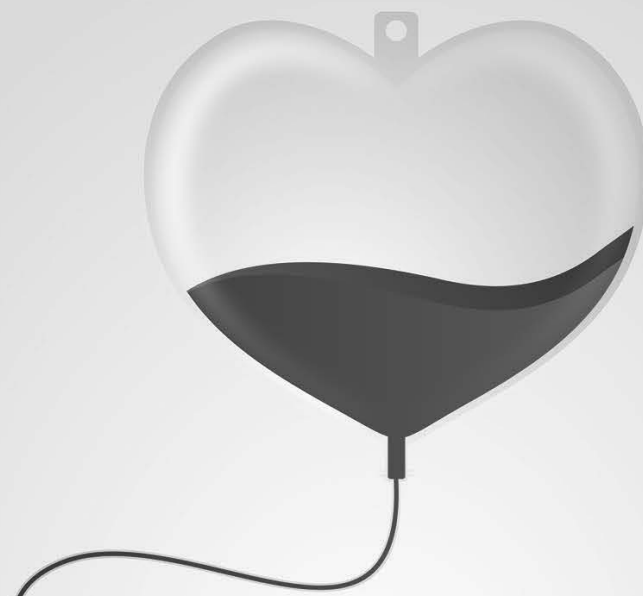
Art. 12. Os protocolos serão apresentados em forma de fluxogramas com as  
devidas descrição de cada processo.

Art. 13. O funcionamento da Rede de Atenção e Proteção Social de Clevelândia,  
como frequência de reuniões, locais, horário entre outros serão disciplinados em Regimento  
Interno elaborado pela Mesa Diretiva e aprovado pela Plenária da referida Rede.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogadas as disposições em contrário.

RAFAELA MARTINS LOSI  
PREFEITA MUNICIPAL



UM  
**SIMPLES**  
GESTO QUE PODE  
**SALVAR UMA VIDA...**

○ **HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO**  
**CONTA COM SUA FORÇA!**

#todospela vida

APOIO:

.HEMONÚCLEO DE PATO BRANCO  
.HEMEPAR  
.CONIMS

VNZA  
studio

DIÁRIO DO SUDOESTE

Precisa ganhar tempo?

Transporte de Encomendas

Transporte de Medicamentos

Nós temos a solução!

www.casaturlogistica.com.br

Acesse nosso site.  
Conheça nossas praças!

CASATUR Logística  
De ônibus suas encomendas chegam mais rápido!

cattani  
Sempre uma boa viagem!

# DENGUE: APENAS VOCÊ PODE VIRAR ESTE JOGO



NÃO COLOQUE SUA FAMÍLIA EM RISCO. ELIMINE O MOSQUITO DA SUA CASA.



Tampe os tonéis e caixas-d'água.



Deixe garrafas sempre viradas.



Mantenha a lixeira bem fechada.



Mantenha as calhas sempre limpas.



Coloque areia nos vasinhos de plantas.



Retire água de pneus.